

**ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às 14h00min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 65ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 01- Conferência de Quórum; 02 - Aprovação da Ata da 64ª Reunião Ordinária do CEHIDRO ocorrida em 15/12/2016; 03 - Informações sobre o CNARH – 40; 04 - Apresentação sobre gestão de processos na SEMA; 05 - Informes; 06 - Assuntos Gerais. A Secretária Adjunta Sra. Mauren Lazzaretti iniciou a reunião agradecendo a presença de todos na 65ª Reunião do CEHIDRO. Para o início da reunião realizou-se a conferência do quórum solicitando para que todos assinassem a lista de presença. Foi registrada a presença dos seguintes conselheiros: Os Conselheiros Luiz Henrique Magalhães Noquelli e Lorena Moreira Nicochelli representante titular e suplente respectivamente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA; o Conselheiro Juraci de Ozeda Ala Filho representante titular da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN; a Conselheira Telma Luzia Monteiro - representante titular da Secretaria de Estado da Saúde - SES; a Sra. Denise Portes - representando a Secretaria de Estado de Cidades - SECID; a Conselheira Fátima Aparecida da Silva Iocca - representante titular da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; a Sra. Andressa F. Ribeiro - representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC; os Conselheiros Marcio Souza Faria e Leonardo Neemias G. da Silva – representante titular e suplente respectivamente da Associação Matogrossense dos Municípios - AMM; o Conselheiro Everaldo Benedito Silva de Magalhães - representante Suplente da União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso - UCMMAT; a Conselheira Rosidelma Francisca Guimarães Santos - representante titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso - CREA/MT; a Conselheira Alessandra Panizi - representante titular da Federação das Indústrias de Mato Grosso - FIEMT; a Conselheira Lucélia Denise Perim Avi representante suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO; a Conselheira Renata Viviane da Silva representante titular da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seccional Mato Grosso; a Conselheira Shirlei de Moraes Moreira - representante suplente da Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - CAB- CUIABA; o Conselheiro Waldir Teles de Ávila - representante titular do Sindicato dos Guias de Turismo do Estado de Mato Grosso – SINGTURMT; o Conselheiro Claudionor Angeli - representante titular da Cooperativa de Pescadores e Aquicultores do Mato Grosso - COOPEAMAT; o Conselheiro Eduardo Leite de Barros Oliveira - representante titular do Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso - SINDENERGIA/MT; a Conselheira Sara Suely Attilio Caporossi - representante titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental- ABES; o Conselheiro Marco Tourinho Gama - representante titular da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA; a Sra. Margarida Marchetto - representante titular da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT; o Conselheiro Joselir Gomes da Silva Junior - representante titular do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis – IBAMA. A Secretária Adjunta a Sra. Mauren Lazzaretti

47 iniciou a reunião se comprometendo em ter uma participação mais efetiva nas
48 reuniões do CEHIDRO para o ano de 2017, passou a palavra para o Secretário
49 Executivo o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli que cumprimentou a todos os
50 presentes e sugeriu a inclusão e inversão de pauta, a qual foi aprovada por todos os
51 conselheiros presentes. Ficando definida assim a pauta da reunião: 1 – Aprovação
52 da ATA da 64ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; 2 – Apresentação sobre a Gestão
53 dos Processos na SEMA; 3 – Informações sobre o CNARH-40; 4 – Aprovação da
54 Resolução nº 90, onde altera o artigo 7º da Resolução nº 44 de 11/09/2011; 5 –
55 Informes e 6 – Assuntos Gerais. O primeiro item da pauta foi à aprovação da 64ª Ata
56 da Reunião Ordinária do CEHIDRO enviada a todos com antecedência. A Secretária
57 adjunta Mauren perguntou se alguém tinha algum apontamento a fazer ou alguma
58 sugestão, porém nenhuma alteração foi sugerida e a Ata foi aprovada por
59 unanimidade. O próximo item da pauta foi a apresentação sobre o processos na
60 SEMA, tendo como foco a SURH quanto aos atos de outorga, sendo apresentado
61 pela Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental. A Secretária iniciou fazendo
62 uma prévia sobre os processos de Licenciamento Ambiental, citando os objetivos e
63 melhorias que a Secretaria de Licenciamento Ambiental trouxe para o Órgão. Citou
64 os resultados e maior agilidade nos processos de licenciamento e Outorga com a
65 Consultoria Falconi, falou dos desafios em 2017 que será a continuidade dos
66 trabalhos, e que esta sendo desenvolvido o sistema de licenciamento/outorga digital,
67 onde a outorga será a primeira a ser efetivada. Citou a força tarefa para agilizar os
68 processos de outorga, porém não ia fazer uma apresentação muito extensa, pois o
69 objetivo era apenas apresentar os resultados. O Conselheiro Eduardo -
70 SINDENERGIA/MT falou que a lei traz prazo para tudo e que é importante a
71 impessoalidade. A Secretaria Mauren responde que a Consultoria Falconi sempre
72 responde de forma impessoal e que a SEMA está focada na importância do
73 cumprimento do prazo que não pode ultrapassar os 180 dias e que o foco é controlar
74 o passivo. O Conselheiro Eduardo - SINDENERGIA/MT perguntou se existe a
75 preocupação em reduzir os custos para os usuários. A Secretaria Mauren responde
76 que já existem alguns grupos se informando de como estabelecer critérios para a lei
77 de taxas. O Conselheiro Everaldo - UCMMAT menciona a falta de profissionais para
78 analisar processos. A Secretária Mauren responde que foi feito um remanejamento
79 em algumas Coordenadorias e que realmente existe um déficit em alguns setores. A
80 Conselheira Telma - SES pergunta se as ações implementadas foram com o objetivo
81 de reduzir o tempo de análise, e que se é possível repassar para os municípios que
82 também visa a conservação ambiental. A Secretária Mauren responde que
83 realmente o foco da Secretaria é repassar responsabilidade nesse sentido para os
84 municípios. Fala da desconcentração e descentralização e diz que desde 2016 para
85 cá vem implementando e melhorando o foco para melhorar a gestão e que o
86 planejamento é transferir para os municípios o conhecimento. A Conselheira Lucélia
87 - FAMATO pergunta sobre a LAU. A Secretária Mauren responde que a Lei 233 diz
88 que pode autorizar um desmate se tiver uma licença. A Secretaria Mauren
89 Lazzaretti termina a apresentação agradecendo a presença de todos e pede licença
90 por ter que se ausentar passando a palavra para o Secretário Executivo o Sr. Luiz
91 H. M. Noquelli. O Secretário passa a palavra para a Coordenadora Lorena Nicochelli
92 – CCRH/SEMA que faz uma síntese sobre o CNARH-40. Inicia falando do cadastro e
93 dos procedimentos que a SEMA iria usar. Citou as dúvidas que os empreendedores

94 e técnicos tinha em relação ao assunto CNARH 40. Falou que desde 2013 começou
95 a incluir novos registros e que isso demandou um grande trabalho entre equipes.
96 Disse que em 2017 o objetivo é ter um banco de dados consistente e que todo o
97 cadastramento vai ser realizado por pessoal interno, para que se evite dupla
98 alimentação de dados no sistema. Em fevereiro/março os procedimentos internos
99 serão reestruturados. Os empreendedores/profissionais serão informados da não
100 mais exigência do CNARH para a análise dos processos de outorga na
101 Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos – CCRH. A Coordenadora Lorena -
102 SEMA agradece a atenção de todos e termina sua apresentação. O próximo item de
103 pauta foi a Proposta de Resolução nº 90 de 09 de fevereiro de 2017, que altera o
104 Art. 7º da Resolução nº 44 de 11 de outubro de 2011, passando a vigorar com a
105 seguinte redação: "Art. 7º O requerimento para renovação da outorga deverá ser
106 apresentado com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua
107 validade e deverá ser acompanhado de análise dos parâmetros da qualidade da
108 água". O Secretário Executivo Luiz Henrique Magalhães Noquelli passa a palavra ao
109 Coordenador de Outorga o Sr. Nédio Carlos Pinheiro – SEMA. Iniciou falando que
110 estava trabalhando para melhorar o roteiro de água subterrânea, falou da
111 necessidade de aprovar o referido roteiro. A Conselheira Sara Suely – ABES,
112 pergunta sobre o teste de bombeamento e diz que é importante ter esse controle da
113 vazão e isso acontece no ato de perfuração do poço ou na renovação das outorgas.
114 O Coordenador Nédio Pinheiro - SEMA responde que foram refeitos os roteiros para
115 as outorgas que agora serão chamados de termos de referência. Para que possa ser
116 publicado o novo roteiro é necessário a adequação da Resolução nº 44 - CEHIDRO.
117 Nédio Carlos diz que teste de bombeamento vai ser pedido para a exploração de
118 grandes volumes, tais como os empreendimentos de irrigação. O Conselheiro Joselir
119 Gomes – IBAMA, fala sobre o teste de bombeamento e ressalta a importância do
120 mesmo. O Coordenador Nédio Pinheiro responde que este tema foi muito discutido
121 na Câmara Técnica de Água Subterrânea – CTAS e decidiram pela retirada o teste
122 de bombeamento. O Conselheiro Joselir – IBAMA questiona que a partir de que já foi
123 feito, não será solicitado novo teste de bombeamento para o empreendimento? O
124 Conselheiro Waldir Telles - SINGTURMT se posiciona dizendo que o mais
125 importante é monitorar o bombeamento. O Coordenador Nédio responde que é
126 importante simplificar e que o teste de bombeamento é muito oneroso e complexo. A
127 Conselheira Alessandra Panizi - FIEMT pergunta se não vai ser pedido o referido
128 teste em questão nas renovações das outorgas. O Coordenador Nédio Pinheiro
129 responde que sim. A Conselheira Alessandra Panizi - FIEMT disse que a SEMA teria
130 mais que se preocupar com o monitoramento dos empreendimentos do que com
131 renovação. A Conselheira Fátima - UNEMAT pergunta se vai criar algo que seja
132 sustentável, mencionando que muitas pessoas vão perfurando poços sem uma
133 análise adequada e que se fizer teste de bombeamento poderá resolver o problema
134 de escassez de água. O Conselheiro Joselir - IBAMA responde que irá resolver sim,
135 pois um poço perfurado próximo a outro interfere na vazão do poço a partir da
136 perfuração de outro. O Coordenador Nédio Pinheiro responde que a
137 responsabilidade do Estado e a Gestão de Água, sendo assim é de sua
138 responsabilidade desenvolver esses estudos. Em relação ao pedido de teste de
139 bombeamento o Secretário Executivo pergunta se deixa de pedir esse teste, não
140 teremos informações para fazer a gestão das águas subterrâneas. O Conselheiro

141 Joselir - IBAMA questiona se e necessário a cada 5 anos fazer um teste de
142 bombeamento. O Coordenador Nédio Pinheiro responde que esta deverá ser uma
143 atribuição do Estado. A Conselheira Lucélia pergunta se 5 anos é um período muito
144 curto para pedir todo esse protocolo referente ao teste de bombeamento. O
145 Coordenador Nédio Pinheiro responde que sim. O Conselheiro Juraci - SEPLAN fala
146 sobre as áreas de recargas e que não pode continuar autorizando a perfurando
147 poços nessas áreas, pois diminui a capacidade dos aquíferos. O Coordenador
148 Nédio - SEMA responde que é importante fazer teste de aquíferos. O Conselheiro
149 Waldir Telles - SINGTURMT coloca que o teste de bombeamento é importante para
150 preservação de aquíferos. A Sra. Denise representante - SECID diz que se criarem
151 situações que dificulta, vai ficar difícil para o empreendedor fazer a renovação por
152 ser muito onerosa e a fiscalização não é eficiente. Em relação à renovação e
153 perfuração de poços artesianos e teste de bombeamento, o Conselheiro Waldir
154 Telles - SINGTURMT se posiciona dizendo que estado tem que agir de forma correta
155 e fazer cumprir a Lei. O conselheiro Joselir - IBAMA pergunta se temos informações
156 de como funciona a renovação em outros estados, citando a SABESP. O
157 Coordenador Nédio Pinheiro responde que não tem essa informação. A conselheira
158 Sara Suely - ABES fala que a maior preocupação é as áreas de recargas. O
159 Conselheiro Joselir - IBAMA pergunta de quem é a decisão sobre o assunto da
160 Câmara Técnica ou do CEHIDRO. O Secretário Executivo responde que o Plano do
161 Conselho é a instância máxima de decisão na esfera estadual. O Coordenador
162 Nédio Pinheiro - SEMA responde que se esse assunto voltar para a CTAS será um
163 descrédito com o grupo que decidiu eliminar o teste de bombeamento. Informou
164 também que o presidente da CTAS o Sr. Joilson não pode estar presente por
165 questões de saúde, e seria o mesmo que deveria estar apresentando. O Secretario
166 Executivo informa à plenária que se o Conselho tem a palavra final. Se decidirem ao
167 retorno do assunto a CTAS assim será conduzido. A Conselheira Lucélia - FAMATO
168 sugere chamar o presidente da CTAS o Sr. Joilson para falar sobre esse assunto. O
169 Conselheiro Joselir - IBAMA disse que não é contra esse assunto voltar para a
170 CTAS. O Secretario Executivo coloca em votação a sugestão dos Conselheiros de
171 ser discutir esse assunto na próxima reunião ou voltar para a CT. A decisão foi por
172 voto, pois não houve consenso, porém a maioria votou em que a Resolução voltasse
173 a CTAS. O Coordenador Nédio Pinheiro - SEMA pede para que os Conselheiros
174 mandem justificativa por escrito sobre o motivo de voltar à discussão para a CT.
175 Sendo assim a Secretaria Executiva ficou de marcar uma reunião da CTAS. Em
176 informes o Secretário Executivo falou sobre o Ato de Posse, informando aos
177 Conselheiros que foi cobrado junto ao Gabinete da SEMA agilidade na publicação
178 do Ato de nomeação dos Conselheiros, porém foi exigido pela Casa Civil que os
179 representantes governamentais, deveriam informar o número do CPF, para que o
180 Estado providenciasse o ato, porém alguns nomes não foram aprovados, sendo
181 necessária suas substituições. Assim estamos providenciando os trâmites
182 administrativos. A Conselheira Alessandra Panizi - FIEMT falou que por força de lei,
183 as decisões tomadas pelo CEHIDRO não tem poder legal, pois não estamos
184 empossados, mas podemos marcar uma reunião extraordinária para cancelarmos
185 todas as nossas decisões. O Secretário Executivo ficou de ver sobre a legalidade e
186 informa-los na próxima reunião. O Secretario informa sobre a Reunião do GAP que
187 ocorrerá no dia 16/02/2017, fala sobre a avaliação do PROGESTÃO que será na

188 próxima reunião de acontecerá em 13/04/2017. Falou que a Sra. Brandina da
189 Agência Nacional de Águas - ANA veio avaliar a SURH quanto ao PROGESTÃO. O
190 Secretario Executivo pergunta se alguém tem informes, a Conselheira Sara - ABES
191 diz que esta em Chapada dos Guimarães a frente do Sistema de Abastecimento do
192 município, trabalhando efetivamente com a área ambiental e se coloca a disposição.
193 Nada mais havendo a declarar, o Secretário Executivo do CEHIDRO agradeceu a
194 presença de todos e encerrou a 65ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
195 Recursos Hídricos às 12h30min e eu, Dercília Barboza de Souza, lavrei esta ATA
196 que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho
197 Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

198

199

200



201

MAUREN LAZZARETTI

202

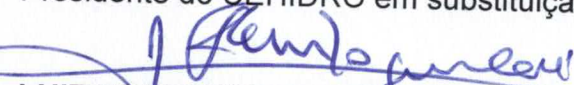
Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental

203

Presidente do CEHIDRO em substituição

204

205



206

LUIZ HENRIQUE MAGALHAES NOQUELLI

207

Secretário Executivo do CEHIDRO

